

O BOLSA FAMÍLIA É DIREITO DAS CRIANÇAS: PARTICIPAÇÃO SOCIAL INFANTIL NO SEMIÁRIDO NORDESTINO¹

FLÁVIA FERREIRA PIRES
CHRISTIANE ROCHA FALCÃO
ANTONIO LUIZ DA SILVA

RESUMO

A centralidade das crianças no que diz respeito às condicionalidades do Programa Bolsa Família tem contribuído para novas configurações do lugar das crianças em diversos âmbitos da sociedade brasileira, tais como na família, na escola, e no cotidiano da vida comunitária. Para pensar as crianças como agentes políticos é preciso adentrar nas relações indivíduo-Estado, observando atentamente como as políticas públicas, aqui em especial o Programa Bolsa Família, engendram identidades políticas, compreendendo como essas identidades estruturam as experiências cotidianas infantis. O

presente texto abordará essas questões, tendo como base dados coletados durante uma pesquisa antropológica a partir do ponto de vista das crianças no município de Catingueira, no sertão paraibano, usando como técnicas de pesquisa a observação participante, grupos focais com crianças, desenhos e redações infantis. Concluiremos argumentando pela implementação da participação social infantil expressa na reivindicação, na experiência e nas considerações das crianças no que tange ao direito de acesso ao dinheiro do benefício.

PALAVRAS - CHAVE

Crianças; Programa Bolsa Família; participação social; direito; beneficiário.

1 Os autores agradecem às crianças e aos adultos, participantes desta pesquisa, à equipe de trabalho de campo e ao CNPq/MDS por tornarem possível esse exercício de pesquisa coletiva. O artigo é um dos resultados dos projetos de pesquisas: "Do ponto de vista das crianças: O acesso, a implementação e os efeitos do Programa Bolsa Família no semiárido nordestino" (2011), e "A Casa Sertaneja e o Programa Bolsa-Família: Analisando Impactos de Políticas Públicas no Semiárido Nordestino Brasileiro" (2009-2011), ambos executados pelo grupo de pesquisa CRIAS - Criança: Sociedade e Cultura, na Universidade Federal da Paraíba. Contamos com a colaboração dos pesquisadores: Christiane Rocha Falcão, Patrícia Oliveira Santana dos Santos, Christina Glayds Nogueira de Mingarelli, George Ardilles Silva Jardim, Edilma Nascimento Sousa, Daniela Oliveira Silveira, Tatiana Benjamin, Jéssica Karoline Rodrigues, Fernando Antonio Dornelas Belmont Neri sob a coordenação de Flávia Ferreira Pires. Antonio Luiz da Silva participou das discussões do grupo de pesquisa, assim como da redação do artigo, além de ter desenvolvido a pesquisa para sua dissertação de mestrado no mesmo campo.

BOLSA FAMÍLIA IS A RIGHT OF THE CHILDREN: CHILDREN CITIZENSHIP IN SEMIARID NORTHEASTERN BRAZIL

ABSTRACT:

The centrality of children in relation to the conditionalities of Programa Bolsa Família contributes to new configurations of the child's place in society in various fields, such as family, school, and in everyday community life. To think of children as political agents we need to understand the individual-state relations, how public policies, especially the Programa Bolsa Família engender political identities also for children and, how these identities structure their everyday experiences. This article discusses these processes from data collected during anthropological research from the point of view of children in the municipality of Catingueira in the sertão of Paraíba, Brazil, using as research techniques participant observation, focus groups with children and children's drawings and writings. We conclude by arguing on the child's social participation expressed in the claim of children to the right of access to the benefit's cash.

KEYWORDS

Children; Bolsa Família Program;s social participation; Rights; Beneficiary.

SOBRE OS AUTORES

FLÁVIA FERREIRA PIRES

Doutora em Antropologia/Museu Nacional. Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Pós-Graduação em Sociologia/UFPB. Pós-Doutora/ University of Sheffield
Contato: ffp23279@gmail.com

CHRISTIANE ROCHA FALCÃO

Mestre em Antropologia/UFPE e VU University of Amsterdam.
Contato: chfalcao@gmail.com

ANTONIO LUIZ DA SILVA

Mestre em Antropologia/UFPB e Doutorando em Psicologia/ UFRN.
Contato: tonlusi@hotmail.com

SUBMETIDO EM:

Julho de 2013

APROVADO EM:

Novembro de 2014

“Children remain the only social group totally deprived from any explicit political rights” (Sarmiento, Soares e Tomás 2005: 01).

1 - INTRODUÇÃO

As políticas públicas, elaboradas por diferentes atores proponentes, num permanente campo de disputa ideológica (Sposati 2009), além dos efeitos de sua intervenção nas realidades propostas, acabam evocando sucessivas mudanças nas relações entre os indivíduos e o Estado. Na verdade, as políticas públicas, partindo de sua formulação, já estabelecidas visando atingir usuários específicos. Ao delinear o perfil de seus destinatários, elas acabam incentivando a constituição de uma identidade para aqueles que, possivelmente, irão ser afetados por suas ações. Assim, acessá-las parece contribuir para estruturar a experiência de mundo de seus beneficiários em diversos níveis. No caso do Programa Bolsa Família - PBF, pano de fundo deste trabalho, a literatura já tem destacado uma autonomização feminina (Suárez *et al* 2006; Rego e Pinzani 2013; Adato 2008), em paralelo com a re-tradicionalização dos papéis de gênero e as funções associadas à maternidade (Molyneux 2006), elementos que ilustram modificações na relação indivíduo-Estado, como também nas relações familiares².

Embora os pesquisadores já tenham se interessado por situações de gênero e papéis femininos no que diz respeito ao PBF, restam ainda muitas questões que precisam ser aprofundadas. A centralidade que as crianças acabaram conquistando no desenho do PBF, especialmente no que tange às condicionalidades e a forma como essa ação de Estado afeta as vivências infantis, por exemplo, ainda é pouco estudada. Enfatizando a perspectiva infantil, o objetivo do presente artigo é promover uma apreciação do referido programa pelas crianças, considerando-as em seu contexto familiar, escolar, incluindo sua relação com a gestão local do programa federal. Partindo do pressuposto de que “As crianças de Catingueira (...) conhecem as problemáticas do seu cotidiano”, sendo capazes “(...) de interferir em seu contexto social” (Souza 2011: 56), desejamos compreender os efeitos do PBF em seu cotidiano, bem como o papel que elas passaram a desempenhar nas dinâmicas familiares em consequência do recebimento do benefício³.

O PBF não é uma política para a infância, embora afete as crianças de forma

2 Ressalta-se o papel social da mulher como administradora do lar, como personagem doméstico, que vem sendo, enquanto membro da família, a titular da maioria dos benefícios sociais no Brasil, como regra quase geral também nos programas de transferência de renda condicionada em diversos países. Nesse sentido, as mulheres são “instrumentos” para o alcance dos objetivos do programa (Lomeli 2008: 489). Todavia, acreditamos, esse foco nas mulheres traz um efeito “double-bind” (Bateson 2000) para as mulheres. De um lado, elas tem maior autonomia de compra, pois não dependem mais do marido para fazer compras cotidianas (Suárez *et al* 2006; Rego e Pinzani 2013; Adato 2008), de outro, elas estão ainda mais presas ao universo doméstico.

3 Para um aprofundamento dessa questão veja: Pires 2012, 2013, 2013a, 2013b; Pires e Silva Jardim 2014; Benjamin 2010; Silva Jardim 2010; Silva 2011; Santos 2011; Silva e Pires 2012; Nogueira e Pires 2012.

evidente. Como veremos ao longo deste texto, as crianças catingueirenses compreendem as condicionalidades impostas pelo PBF e, em certa medida, abraçam-nas por meio de sua frequência à escola, garantindo o recebimento do benefício, como forma de participação na vida cotidiana de suas famílias. Elas entendem como a transferência de renda do PBF estrutura, por exemplo, sua vida escolar, familiar e comunitária. Essa participação, em alguma medida, evidencia a experiência dessas crianças, membros de famílias beneficiárias do PBF, como sujeitos políticos, apontando para a constituição de uma identidade política assumida e vivida por elas.

Mesmo não tendo sido criado exclusivamente para elas, é importante enfatizar que o desenho do PBF previa que as crianças fossem beneficiadas com o acesso à escola e com os serviços de saúde, na forma das condicionalidades. Em certo sentido, as crianças eram percebidas como receptoras 'passivas' da política de educação e saúde. Obviamente, os responsáveis legais pelo cumprimento das condicionalidades são seus pais, mais comumente suas mães. No entanto, as crianças parecem ter abraçado a responsabilidade por sua própria escolarização e pela consequente garantia de recebimento do benefício. E é justamente esse olhar diferenciado sobre a política pública que nos interessa: como, a despeito de sua posição 'passiva' no desenho do programa, as crianças passaram a ser consideradas por seus responsáveis e a se considerar como agentes essenciais na garantia do recebimento do PBF?

Visando auxiliar na compreensão da exposição das ideias aqui defendidas, esse artigo encontra-se dividido em cinco sessões, além da introdução e da conclusão. Na primeira parte trataremos de apresentar brevemente o contexto e o ambiente onde foi realizado o trabalho de campo. Na segunda explicitaremos a metodologia utilizada. Na terceira parte, procuraremos fundamentar a validade da investigação com crianças na avaliação de políticas públicas e traremos alguns dados sobre as pesquisas, sobretudo antropológicas e sociológicas, que partem do princípio de que as crianças são agentes sociais, cuja voz deve ser ouvida (James e James 2008; Lee 2010). Na quarta parte, trataremos das políticas públicas, especialmente, do PBF. Na quinta parte, apresentaremos alguns resultados da pesquisa, deixando claro o conhecimento acurado e crítico que as crianças de Catingueira têm a respeito do PBF, destacando-o como um direito reivindicado pelas crianças. Concluindo, argumentaremos que a participação social infantil na pesquisa apresenta-se como indicador para necessidade de uma percepção do processo de formulação-implementação-avaliação das políticas públicas de forma transversal e inter-geracional, ampliando impactos e aperfeiçoamentos positivos. Ao analisarmos os dados da pesquisa, compreendemos que a experiência das crianças é subsídio importante para a avaliação do PBF. Se ouvidas, a contribuição delas pode colaborar tanto para o aperfeiçoamento do referido programa quanto para o melhoramento de outras políticas públicas, tais como Educação, Esportes, Cultura e Saúde, por exemplo.

2 - CATINGUEIRA

A pesquisa que embasa este trabalho foi realizada no município de Catingueira, no sertão da Paraíba, no Nordeste do Brasil, tendo como foco a avaliação de uma política pública, o PBF, através do olhar das crianças e das famílias beneficiadas. A pequena cidade de Catingueira tem fortes raízes camponesas e conta com uma população de 4.912 habitantes, segundo os dados estimados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2014, distribuídos entre as zonas rural e urbana (Santos 2011; Souza 2011; Silva 2011). Mesmo morando na cidade, muitos mantêm uma roça, onde plantam, principalmente, feijão e milho. Crianças e jovens podem estudar na cidade até completarem o ensino médio, mas para cursar a universidade precisam migrar ou realizar deslocamentos diários para outras cidades. Normalmente as mulheres são donas de casa e cuidam dos filhos, enquanto os homens realizam trabalhos temporários dentro ou fora da cidade. Os e as jovens, quando tem sorte ou ligações de parentesco, são empregados nos pequenos comércios da cidade. A aspiração financeira de grande parte da população é um emprego na prefeitura, tendo em vista a estabilidade e remuneração que implica. Do ponto de vista da economia local, as famílias sobrevivem através da agricultura de subsistência, pequenos comércios, empregos na prefeitura e benefícios governamentais, como o PBF, as aposentadorias e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) do total de 4.200 pessoas cadastradas em dezembro de 2014, 4.040 possuem renda até 1/2 salário, o que caracteriza a população como extremamente pobre. Um contingente populacional estimado de 4.912 pessoas, ou seja, 85% da população está cadastrado no Cadastro Único. Junte-se a essa larga proporção a baixa monetização da região e temos a constatação de que os efeitos do PBF podem ser ali mais facilmente observados, se comparados às cidades de médio e grande porte, aspecto ressaltado pelo Relatório Executivo do Cedeplar (2007)

3 - METODOLOGIA

Durante o trabalho de campo, realizado no ano de 2010 e 2011, atuaram cinco e seis pesquisadores(as) respectivamente. Em ambas as ocasiões os (as) pesquisadores(as) ficaram hospedados(as) em residências de famílias beneficiárias do PBF⁴. Tínhamos como intuito: realizar uma observação participante acerca do dia-a-dia das famílias, fazer entrevistas semiestruturadas com os adultos e interagir com crianças e adolescentes.

4 As famílias tinham perfis diversos, dentre as quais podemos destacar os seguintes modelos: nuclear, com um casal de filhos; monoparental feminina, com 06 filhos; monoparental masculina, com três filhos, dentre outros arranjos.

Além disso, fizemos grupos focais com crianças, com resultados muito frutíferos. No entanto, é importante destacar que outras pesquisas etnográficas vêm sendo realizadas no mesmo município desde o ano de 2000, o que favoreceu na coleta e análise dos dados.

Estávamos cientes de que apesar dos avanços que os estudos sociais tem feito, no sentido de incluir as crianças em sua produção de conhecimento, ainda é difícil encontrar espaços onde a voz das crianças possa ser ouvida. Para Nick Lee (2010: 43): “É possível que seja negada às crianças a oportunidade de se expressar durante tomadas de decisão formal, pois os adultos supõem que elas sejam incapazes de falar sozinhas, sem mediação, por si próprias”. Porém, a antropóloga Alma Gottlieb (2009) que desenvolveu seu trabalho observando a vida dos bebês, levantou a hipótese de que o problema não se encontra nas crianças, mas no ajustamento do foco das lentes e dos demais instrumentos de captação de informação utilizados pelos pesquisadores. Atentos a esse “ajustamento do foco das lentes”, em nosso campo, os pesquisadores se dividiram em duplas, tendo como atividades o recrutamento de crianças para a realização dos grupos focais e a execução dos mesmos. Foram realizados seis grupos focais, com crianças de 06 a 08 anos de idade, de 09 a 10 anos de idade, e de 11 a 12 anos de idade. O grupo focal era estruturado da seguinte forma: boas vindas; pedido de autorização para o uso dos desenhos, redações e depoimentos; apresentação de cada participante através de uma brincadeira; rodada de perguntas; pausa para o lanche; produção de desenhos e redações; socialização dos desenhos e redações; e finalmente, a despedida com uma brincadeira. Os grupos focais aconteceram em uma das escolas da cidade, em duas salas de aula preparadas adequadamente para a pesquisa. O primeiro dia de grupos focais revelou necessidades especiais para cada faixa etária. Seguindo a proposta de que: “(...) ao tratar com crianças, as instituições formais devem se tornar informais (...)” (Lee 2010: 44), passamos a inserir uma brincadeira no meio da rodada de perguntas, o que acabou sendo para as crianças, de 06 a 08 anos, bastante produtivo. Por isso, a partir do segundo dia as brincadeiras permaneceram no começo e depois do lanche para esse grupo e somente no final das atividades para as crianças de 11 e 12 anos.

As perguntas do grupo focal versavam sobre o PBF, sobre as formas e produtos de consumo das crianças e da família, sobre possíveis mudanças na estrutura hierárquica na família no que diz respeito a questões de gênero e geração, bem como acerca do trabalho das crianças (Pires 2012) e da escola. Antes de chegarem ao campo, os pesquisadores sugeriram inúmeras perguntas e foi importante refletir sobre como formulá-las para que elas fizessem sentido para as crianças, tais como adicionar verbetes utilizados na região para perguntas relacionadas à hierarquia familiar e à classe social. Todo esse esforço não ilustra, como aponta Pires (2011), nenhuma intenção ou percepção da criança como incapaz de entender as questões, mas uma adaptação da pesquisa ao contexto pesquisado. Lembramos que o informante “(...) fala de coisas que não sabe estar revelando, coisas que têm sentido unicamente no âmbito de uma matriz de significados de que não tem

domínio” (Martins 1991: 53). Ainda para o citado autor, aquele que nos fala “Difícilmente poderá ler e entender a análise sociológica baseada nos dados que forneceu, mesmo que se trate da chamada pessoa ‘cultura’” (Martins 1991: 53). De certo, o mesmo pode ser dito das crianças. “A criança compreende muito além do que sabe dizer, responde muito além do que poderia definir e, aliás, com o adulto as coisas não se passam de modo diferente” (Merleau-Ponty 1992: 24).

Os desenhos, enquanto ferramenta metodológica, têm sido bastante utilizados na pesquisa antropológica com crianças, tanto por autoras clássicas, como Margaret Mead (1933) e Cora Du Bois (1944), quanto por autoras contemporâneas, como Toren (2010), Pires (2011) e Cohn (2005). O desenho como uma atividade correntemente destinada a crianças acaba por tornar a atividade de pesquisa prazerosa. Além disso, os desenhos e as redações podem ser utilizados como forma de socialização de saberes, como oportunidade de observar e de se relacionar com as crianças durante o processo criativo, e como dado a ser analisado e interpretado. Durante o momento de produção dos desenhos e das redações as crianças estiveram à vontade e compartilharam ideias com os colegas.

De modo geral, o “(...) desenvolvimento de novas formas de ouvir as opiniões (...) é vital se se quer tornar as vozes das crianças (...) verdadeiramente ouvidas” (Sarmiento, Soares & Tomás 2005: 20)⁵ e, nesse caso, as técnicas de pesquisa aqui utilizadas, largamente experimentais, são exercícios de pesquisa bem vindos. Podemos dizer que a metodologia de pesquisa com foco nas crianças “(...) revelou uma grande vontade de falar, uma surpreendente informação sobre os acontecimentos e sobre os limites e possibilidades de suas vidas (...)” (Martins 1991: 58). Essas técnicas poderão vir a serem utilizadas em outras oportunidades de avaliação de políticas públicas, em especial às políticas complementares do PBF, como de acesso a Educação e a Saúde. Dados coletados junto às crianças podem subsidiar o desenho de políticas e ações para redução do índice de evasão escolar e repetência, bem como políticas de ações afirmativas para populações vulneráveis.

4 - FUNDAMENTANDO A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DAS CRIANÇAS

Há algumas décadas pesquisadores das ciências sociais e humanas vem questionando as diversas formas de silenciamentos sistemáticos e históricos dos grupos ‘minoritários’ de nossas sociedades. Para os pensadores, esses grupos têm mostrado seu poder, sua capacidade de pensar, seu modo de agir e sua autonomia, mesmo dentro dos

5 Do original: “The development of new ways to listen to opinions (...) is quite vital if you care to make children’s voice (...) truly heard”.

determinantes sociais a que estão submetidos. Para Maria M. Campos (2008: 38):

“Parece mesmo que o último grupo dominado a ingressar nesse movimento de revisão dos modelos de pesquisa são as crianças”.

Partindo da inspiração advinda do pioneiro trabalho de Ariés (1981), as ciências sociais têm se voltado à pesquisa com crianças, tanto na tentativa de compreendê-las em “suas próprias culturas” (Corsaro 2005), quanto na perspectiva de sugerir que a presença delas representa aspecto necessário e promissor nas investigações acerca de temáticas importantes para situações sociais experimentadas também por adultos, e por estas tomadas como “dados” (Toren 2010). Nesse tópico, pensando a avaliação de políticas públicas a partir das crianças, apresentaremos brevemente o debate teórico em torno da ideia de agência infantil, discorrendo, em acréscimo, sobre a noção de autonomia infantil e participação social das crianças.

As áreas do conhecimento como a Antropologia da Criança e a Sociologia da Infância no Brasil ou os *Childhood Studies* no Reino Unido se propõem a compreender as crianças como sujeitos sociais, produtores e reprodutores de cultura. Essa tendência é profícua não só para a apreensão das “culturas das crianças” (Sarmiento 2004; Corsaro 2005), mas também para compreender “como viemos a ser o que somos” (Toren 2002; Pires 2011). Para Muller (2006: 557) as “crianças são e devem ser vistas como ativas na construção e determinação de suas próprias vidas sociais, da vida de todos aqueles ao seu redor na sociedade em que elas vivem”. De acordo com James, Jenks e Prout (1998), a ideia de que crianças possuem agência, e, por isso, são atores sociais, emergiu na década de 1970 e tornou-se um paradigma nos estudos das crianças e jovens. Embora falar de agência infantil ainda seja assunto controverso para alguns acadêmicos, uma vez que a discussão deve levar em consideração a relação existente entre estrutura/agência (Lancy 2012), sua importância destaca-se tanto na aproximação com os debates contemporâneos das Ciências Sociais quanto no possível desenvolvimento de novos aportes teóricos.

A ideia da criança como ator social é aqui entendida a partir de uma das Nove Teses sobre a “infância como um fenômeno social”, sugerida por Qvortrup (2011: 206): “As crianças são coconstrutoras da infância e da sociedade”. Já a agência é definida, em poucas palavras, como a “capacidade dos indivíduos de agir com independência”⁶ (James e James 2008: 9). Para James, Jenks e Prout (1998), os *Childhood Studies* se esforçam por elucidar o nível de atuação independente de indivíduos, aqui em destaque, as crianças, em relação às estruturas e instituições sociais. Ainda de acordo com esses autores, a relação estrutura-agência seria colaborativa. O foco na agência das crianças, ou na criança como ator social, explora sua subjetividade face aos âmbitos social, moral,

6 Do original: “capacity of individuals to act independently”.

político e econômico.

Deixando de lado as possíveis controvérsias, devemos pensar que se as ideias em torno da agência infantil já são relativamente aceitas, inclusive fora da academia, a possibilidade de se pensar a autonomia infantil ainda é incipiente. Para Sarmiento (2004: 11), a identidade da criança e sua capacidade criadora são “irreduzíveis ao mundo dos adultos”, apesar de sua “impotência” jurídica no que toca a sua autonomia. As crianças ainda são representadas politicamente por adultos, pais, professores, conselheiros tutelares, promotores, juizes, facilitadores, etc, os quais se relacionam entre si, muitas vezes advogando pelo o que acreditam ser o “melhor interesse” das crianças. A interpretação da autonomia das crianças, embora ainda iniciando, é ou deveria ser, de acordo com Sarmiento (2004), um aspecto central nos Estudos da Infância.

Alega Sarmiento (2004) que alguns autores afirmam a “autonomia das formas culturais da infância”, porém, essa autonomia não se estende amplamente ao âmbito político. Na verdade, “as crianças continuam sendo o único grupo social totalmente privado de direitos políticos explícitos”⁷ (Sarmiento, Soares e Tomás 2005: 01). No entanto, assim como ponderam Sarmiento (2004), Sarmiento, Soares e Tomás (2005), mesmo que advogando pelo direito à participação das crianças, não estamos pensando de forma convencional como, por exemplo, reivindicando o direito ao voto infantil; estamos defendendo a possibilidade de se constituir e de se aperfeiçoar políticas a partir de dados apontados por sujeitos, nesse caso as crianças, que têm seu cotidiano diretamente influenciado por essas políticas. Buscar uma apreciação das políticas públicas através dos olhos e das experiências das crianças pode significar uma maior coerência com “a ideia da criança como cidadã e sujeito de direitos” (Rizzini 2011). Além disso, é importante frisar que “(...) todos os eventos, grandes e pequenos, terão repercussões sobre as crianças, como parte da sociedade; e, em consequência, elas terão reivindicações a serem consideradas nas análises e nos debates acerca de qualquer questão social maior” (Qvortrup 2011: 202). Argumentamos que o que as crianças pensam sobre o PBF e como o experimentam cotidianamente contribui para estruturar suas relações familiares, com a escola e com sua comunidade, além de instituir uma “identidade política” que mais se aproxima da experiência e percepção da ideia de “sujeitos de direitos” ou “cidadãos”⁸.

Ao defender a influência das crianças beneficiárias do PBF no aperfeiçoamento da política, encontramos o tema da participação social cuja discussão muito tem ocupado

7 Do original: “Children remain the only social group totally deprived from any explicit political rights”.

8 A primeira referência às crianças como sujeitos de direitos deu-se na ocasião de uma das Convenções de Genebra, no ano de 1924, mas ainda sob a compreensão das crianças como seres irresponsáveis, imaturos e incapazes que necessitam de proteção, o que seria uma justificativa para o adiamento do exercício de sua autonomia e participação (Soares 2002: 2). Soares (2002) expõe o que seria a tendência de valorização da vulnerabilidade inerente e um insatisfatório esforço de se valorizar “fatores sócio-estruturais que invisibilizam o estatuto político-social da criança” (Soares 2002: 3), posição controversa a suas ideias que defendem a participação das crianças como indispensável em processos cujas decisões afetam diretamente seu cotidiano.

o debate público no Brasil. O Decreto Presidencial 8.243 de 23 de maio de 2014, que trata da instituição da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e cria o Sistema Nacional de Participação Social, visa regulamentar o direito constitucional de a sociedade civil poder influir nos negócios do Estado de forma direta. O decreto foi derrubado na Câmara dos Deputados em outubro do mesmo ano, sob o argumento de se tratar de uma medida populista, em que pese o texto constitucional garantir tal direito em seu primeiro artigo. A criação e o fortalecimento das instâncias de participação social têm direta relação com a ampliação da democracia, cenário contrastante com a suspensão dos valores democráticos em voga durante a ditadura militar (1964-1985). Lygia Parente (2006) afirma que é a partir da queda das ditaduras militares na América Latina que a participação cidadã é alocada enquanto ferramenta para o aprofundamento da democracia dentro do processo de descentralização do poder.

Roberto Pires (2013), na introdução da organização “Políticas Públicas e formas societárias de participação”, contabiliza que na década de 1990 os conselhos municipais se multiplicaram nos municípios brasileiros. Com base em dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o autor afirma que 90% do território possui conselhos municipais nos campos da saúde, assistência social, direitos da criança e adolescente, educação, entre outros. Já na década de 2000, ocorreu a “expansão de conselhos e conferências no nível federal” (Pires 2013: 11). O autor avalia, entretanto, que a institucionalização dos conselhos, comissões e conferências tem como grande desafio seu funcionamento cotidiano, que seria “marcado por tensões e limitações”, posto que algumas instâncias apenas possuem caráter consultivo e

carecem de empoderamento legal para transformar decisões coletivas em medidas concretas de gestão. Em muitas outras instâncias, prevalecem assimetrias de poder, informação e recursos entre os atores sociais e entre estes e os representantes governamentais, prejudicando o processo deliberativo. Há, ainda, desafios relativos à garantia da ampla representação de interesses sociais no interior das instituições participativas (Pires 2013: 12).

No prefácio do trabalho “Da pobreza ao poder: Como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo”⁹, o premiado economista indiano Amartya Sen (2012) considera que as experiências de poder de decisão conquistadas pelos até então não-sujeitos de direitos têm reduzido as deprivações de liberdades que caracterizam a pobreza. Essa opinião é compartilhada na introdução da mesma obra, na qual o editor, Duncan Green (2012), reforça a ideia de que é a combinação entre cidadãos ativos e um Estado efetivo que contribui para a redução das desigualdades sociais, especificando que

9 No original “From Poverty to Power: How active citizens and effective states can change the world.

ser um cidadão ativo significa deter uma combinação de direitos e deveres.

Cidadania ativa tem méritos inerentes: pessoas que vivem na pobreza devem ter voz nas decisões sobre seu próprio destino ao invés de serem tratadas como recipientes passivos de políticas de bem estar ou ação governamental. O sistema – governos, judiciários, parlamentos e empresas – não podem abordar a pobreza e a desigualdade tratando as pessoas enquanto objetos do governo ou outras ações. Ao contrário, as pessoas devem ser reconhecidas enquanto sujeitos, ser conscientes disso e ativamente demandar seus direitos (...) (Green 2012: 11).

Segundo Shore (2010: 31-32): “Las políticas reflejan maneras de pensar sobre el mundo y cómo actuar en él. (...) inciden en la construcción de nuevas categorías del individuo y de la subjetividade”. E ainda de acordo com Ramirez (2010: 14): “(...) es a través de las políticas públicas que se articulan discursos hegemónicos que empoderan a unos sectores de la población y silencian a otros; pero sobre todo (...) y además, en el proceso de interacción con las mismas, los sujetos asumen identidades colectivas”.

Nesse sentido, como pensar a participação social infantil? Ao situar o grupo social das crianças nas suas relações com o Estado, o ser criança passa a operar enquanto uma identidade instrumentalizada para o acesso às políticas públicas universais e específicas. O especialista argentino em semiótica, Walter Mignolo (2008), tem destacado a necessidade de argumentação acerca de como a identidade é tratada em meio a questões políticas, mostrando que ela difere consideravelmente do que seria a “política de identidade”. O referido autor defende que a política identitária dominante, que controla e instrumentaliza as políticas identitárias, possui como principal pressuposto a naturalização da identidade de recorte de gênero (heterossexualidade), sexo (masculino), e racial (branco). É essa naturalização da identidade política dominante que possivelmente nos faz rejeitar a ideia de que as crianças têm o direito de influir nos negócios do Estado. Nesse debate propomos então que, ao desafiar a identidade política dominante, aspirando o protagonismo da formulação e da avaliação das políticas públicas, o reconhecimento das crianças enquanto sujeitos de direitos pressupõe a abertura de canais de diálogos com o Estado, para que assim elas também influenciem as políticas que as afetam diretamente. Esses canais de diálogos devem pressupor ferramentas de escutas e consultas específicas, a exemplo das técnicas de coleta de dados utilizadas na presente pesquisa; dados de consulta de semelhante natureza poderão subsidiar de forma eficiente a formulação e o aperfeiçoamento de políticas de diversas áreas, evidenciando a transversalidade do PBF.

Na próxima sessão, serão apresentados os aspectos do PBF que ilustram a constituição dessa identidade política das crianças junto ao programa, para em seguir oferecermos algumas contribuições de formas de viabilização da participação social infantil.

5 - O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Nesse tópico apresentaremos brevemente o PBF, tendo como pano de fundo a ideia de que uma política pública promove a constituição de identidades, nesse caso, de beneficiário.

A eliminação da pobreza e da fome, aspecto presente na agenda política internacional, é uma meta em evidência na atual política pública brasileira, principalmente desde a última década. Antes da implementação do PBF, o Governo Federal Brasileiro criou uma série de programas sociais com vistas a assegurar o direito fundamental à alimentação, através dos programas: Bolsa Escola (2001); Bolsa Alimentação (2001); o Auxílio Gás (2002); e o Cartão Alimentação (2003). Em 2003, esses programas foram incorporados ao Bolsa Família, um programa federal de transferência direta e condicionada de renda cujo objetivo é o alívio imediato da fome de famílias situadas abaixo da linha da pobreza, o que atuaria também como incentivo à quebra do ciclo intergeracional da pobreza e do analfabetismo. Esse último aspecto é expresso em uma das principais condicionalidades do PBF, a frequência escolar dentro do Projeto Presença, dentre outros projetos complementares.

São elegíveis ao beneficiamento pelo PBF famílias com renda per capita mensal de até R\$ 154,00. As famílias devem estar registradas no Cadastro Único (CadÚnico), um banco de dados utilizado pelo Sistema Único de Assistência Social, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para identificação e caracterização de famílias situadas abaixo da linha da pobreza. Outros projetos complementares estão disponíveis para as famílias cadastradas, como o PETI (Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil), o Pro-Jovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), destinados a crianças e adolescentes, que oferecem cursos de reforço escolar, recreação, atividades lúdicas e esportivas¹⁰. Mais recentemente foi lançado o programa Brasil Carinhoso, cujo principal objetivo é erradicar a pobreza extrema em famílias que tenham crianças com até 6 anos de idade. O formato de atendimento feito pelo MDS em conjunto com as Secretarias Municipais de Desenvolvimento e Assistência Social tem como base o CadÚnico, cujo o intuito é “conhecer para incluir”. As Secretarias Municipais de Desenvolvimento e Assistência Social possuem uma equipe dedicada ao PBF, formada geralmente por uma coordenação, um assistente social e os cadastradores que alimentam e atualizam o CadÚnico. Não seria tarefa difícil chegar a uma Secretaria

¹⁰No caso do Pro-Jovem são oferecidos também cursos profissionalizantes. As ações desses programas têm como fins a inclusão e o desenvolvimento humano de crianças e jovens e o exercício da cidadania <http://www.projovem.gov.br>.

de Desenvolvimento e Assistência Social em dias de recadastramento, por exemplo, e ouvir algo como “Essa é a fila do Bolsa Família”, geralmente formada por mulheres, munidas com suas cédulas de identidade e o cartão do Bolsa Família, e algumas delas acompanhadas por crianças.

A categorização de “beneficiário” é utilizada tanto pelas gestões locais como pelas famílias. Ser beneficiário do Bolsa Família colabora para estruturar a experiência cotidiana das famílias e é percebida de diferentes formas pelos membros familiares. Assim, possuir registro no CadÚnico e receber o benefício do PBF parece contribuir para a constituição de uma identidade política para as famílias beneficiárias.

O programa incitou discussões entre políticos, acadêmicos e na sociedade, havendo críticas de que se trataria de mais um programa assistencialista, com ações que deixariam as pessoas em situação de total comodismo etc. Essa perspectiva é ainda presente, até mesmo entre gestores locais do programa e agentes públicos envolvidos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para acompanhamento do programa, foram realizadas pesquisas com dados que desafiam as críticas, comprovando que o programa, em diversas formas, contribui para a segurança alimentar de famílias situadas abaixo da linha da pobreza, movimenta economias locais com destaque para municípios de baixa monetização, transforma padrões de consumo de gêneros alimentícios, colabora para a redução de índices de evasão escolar, ampliando a faixa da população universitária, dentre outros (Soares, Ribas e Osório 2007; Medeiros, Britto e Soares 2007; Glewwe e Kassouf 2010). As pesquisas acima referidas também fornecem comparações entre programas similares desenvolvidos em outros países, como México e Chile, por exemplo. Além disso, alimentando o processo avaliativo de aperfeiçoamento da política pública, elas apontam também para as fragilidades do PBF, tais como: a necessidade de segurança de empregabilidade, o fortalecimento das oportunidades de emprego para os beneficiários, além de indicar o alcance e as margens de erro na implementação do programa. Mais recentemente, as pesquisas vêm mostrando a necessidade de se investir na qualidade da educação, já que, embora as crianças estejam na escola, o aprendizado não tem mostrado melhoras significativas (Santos *et al* 2007: 186). É possível também que pesquisas futuras argumentem, a partir das crianças, tanto pela qualidade geral das escolas quanto pela necessidade de qualificação dos profissionais envolvidos com educação.

6 - CRIANÇAS COMO AGENTES POLÍTICOS

Considerando que o PBF, enquanto política pública, foi formulado sob a visão da identidade política dominante e que suas condicionalidades foram sob esse prisma postas, estamos propomos que uma nova análise seja possível a partir do ponto de vista das crianças. Entendemos, por conta das condicionalidades preconizadas pelo programa,

que estes atores sociais têm se tornado centrais para a implementação política do PBF. Dessa forma, a análise de seus efeitos deverá, sim, legitimamente, levar em conta as transformações das realidades vividas por esse grupo social, uma vez que as crianças ainda são desprovidas de influências na política que direta e indiretamente as afeta.

7 - O PBF COMO DIREITO DAS CRIANÇAS

Na maioria das entrevistas com as famílias foi corrente a declaração de mães e pais de que a escolarização das crianças é uma questão central para a família, e de que o recurso do Bolsa Família é “para” ou “da” criança. A priorização nos alimentos para criança e itens para seu consumo evidencia essa centralidade da criança nas questões relacionadas ao orçamento familiar. As crianças parecem compreender seu lugar nesses arranjos, porém afirmam a importância da coletividade familiar. Isso se deve ao conhecimento acurado por parte das crianças da precária realidade financeira de suas famílias. Frente à necessidade, o recurso é dividido entre todos os membros familiares, mas há o reconhecimento, por parte das crianças e dos adultos, de que esse dinheiro é idealmente das crianças, uma vez que é a criança quem o ganha, através da sua frequência à escola¹¹. Em consequência disso, o gestor local do PBF em Catingueira, nos relatou que já houve casos de crianças que compareceram à Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social a fim de “denunciar” o fato de que seus pais não lhe repassavam o dinheiro vindo do benefício. Segundo o gestor, essas reclamações eram acompanhadas de argumentos dados pelas crianças de que o benefício “é das crianças” visto que são elas que asseguram seu recebimento comparecendo à escola. O embate no seio familiar também está explícito na fala de Felipe, 09 anos de idade, quando nos disse: “(...) o dinheiro é nosso, porque nós estudamos e ela [a mãe] recebe”¹². Na discussão do grupo focal abaixo descrita, Lucas (11 anos) e Silvana (12 anos) arrazoam:

Lucas: É importante o Bolsa Família.

Pesquisadora Patrícia: Porque tu acha que é importante?

Lucas: Porque eles devem dá, por que nós estudamos.

Silvana: Nós estudamos e temos o direito de receber.

Pesquisadora Flávia: Então, toda criança que estuda tem o direito de receber?

Silvana: Tem.

11 Para um aprofundamento dessa questão, a partir de Catingueira, veja Pires 2012; 2013; 2013^a; 2013b; Pires e Silva Jardim 2014; Santos 2011; Silva Jardim 2010.

12 Dessa forma, parece-nos que a agência política das crianças das famílias beneficiárias do PBF pode ser entendida como mais uma das características definidoras da “geração Bolsa Família”, (Pires e Silva Jardim, 2014) em conjunto com a expansão das possibilidades de consumo e a priorização da escola em detrimento do trabalho infantil.

Quando perguntadas se recebem uma parte do benefício, as crianças responderam que sim. Maria Eduarda, 11 anos de idade, que disse que recebe “A metade, por causa que minha mãe compra as coisas pra mim”. A fala da criança nos leva a entender que o dinheiro é repartido entre mãe e filha e, além disso, o dinheiro da mãe é usado na aquisição de produtos para a criança. Nesse caso, a criança não escolhe diretamente como aplicar o recurso, o que ocorre no repasse direto. Mas as crianças afirmam que pedem aos seus pais ou responsáveis que lhes comprem algo da sua preferência. Na evidência de uma necessidade, por exemplo, de calçados ou roupas, o recurso é aplicado para suprir a necessidade da criança. No entanto, a maioria declarou também que recebe uma parte em dinheiro para gastar como bem entender, como Sebastião, 12 anos, que afirmou gastar o dinheiro comprando “besteiras que criança gosta”. Algumas disseram que gastam uma parte e guardam outra para a compra de alguns produtos mais caros, como Emanuela, 11 anos, que juntou durante um ano o dinheiro que recebia da mãe para comprar um telefone celular. Dessa forma, percebe-se que o acesso ao PBF também significa a ampliação do poder de consumo direto para as crianças, seja com “bobagens que criança gosta”, ou seja, com produtos duráveis como o telefone celular de Emanuela ou a bicicleta de Sebastião (Benjamin 2010; Santos 2011; Silva 2011; Souza 2011). Esses dados relativos ao acesso e a reivindicação do dinheiro como consequência da frequência escolar evidenciam que as crianças conhecem, se submetem e tiram partido da condicionalidade escolar, acabando por experimentar uma posição privilegiada no seio familiar no que diz respeito aos gastos com o benefício.

A experiência escolar também evidencia pontos em que o PBF é reivindicado como componente identitário de algumas crianças. Silva Jardim (2010: 42) escutou “(...) uma mãe falando, a respeito do seu filho de oito anos: este menino passou um tempo sem querer ir à escola. Eu tive que explicar pra ele que se não fosse à escola não teria dinheiro pra comprar suas coisas”. Em tempos de Bolsa Família a ida à escola tornou-se motivo de negociação entre os estudantes e seus responsáveis.

No grupo focal com crianças entre 09 e 10 anos de idade, elas afirmaram que alguns professores apontavam eventualmente a assiduidade escolar como “dever” de crianças cujas famílias recebiam o PBF. Ao mesmo tempo, esse dever é sabido e abraçado pelas crianças mesmas, dada a importância do benefício para manutenção financeira das famílias. Algumas crianças citaram ainda o caso em que uma facilitadora do PETI, classificada como “chata”, teria afirmado que as crianças beneficiárias do PBF deveriam, obrigatoriamente, participar dos encontros do referido programa. Com base nessas informações, pode-se compreender uma das formas pelas quais a vida escolar das crianças também é influenciada pelo PBF.

Na escola, “ser beneficiário” do PBF produz efeitos nas relações entre crianças e professores. Por isso, Fabíola, 10 anos de idade, ilustra em sua redação como a

escolarização é uma obrigação das crianças em decorrência do PBF, ao mesmo tempo em que deixa evidente a importância do benefício para garantir a segurança alimentar da família: “A bolsa família é muito importante para as famílias e para os alunos da Escola, se eles perdem aula uns três dias, eles perdem o bolsa família e eles ficam sem estudar e a mãe fica na pior para comprar coisas para nós comermos”.

No entanto, as crianças sabem que existe uma única razão legítima para se faltar a escola. Silvana, 12 anos de idade, escreveu: A bolsa família é muito importante para todas as famílias. O aluno tem que ir todos os dias para a escola. Mas também nós alunos não somos obrigados a ir todos os dias, no caso que esteja doente (...). Se o aluno não for à escola, faltar muito, ele pode até se prejudicar e pode também perder a bolsa família”.

Mesmo havendo outras condicionalidades, a condicionalidade da frequência escolar é tida como a mais importante para a manutenção do benefício. Isso ocorre já que as pessoas têm conhecimento de famílias que tiveram o benefício suspenso ou cortado em função do não cumprimento da condicionalidade escolar. O mesmo não ocorre em relação à condicionalidade da saúde. O acesso aos serviços de saúde é visto, em grande medida, como não condicional, uma vez que não implica cortes ou suspensões.

A quebra do ciclo do analfabetismo é uma das justificativas para a imposição da frequência escolar como condicionalidade, imposição recebida por algumas famílias como “moeda de troca” justa, posto que a valorização da escolaridade das crianças se apresentou em todas as famílias visitadas pelos pesquisadores (Pires e Silva Jardim 2014; Silva Jardim 2010; Souza 2011). Os adultos recorreram muitas vezes a suas histórias de vida para justificar o apoio a essa condicionalidade, como expõe Seu Pedro, de 60 anos de idade: “Hoje está muito bom. Só não estuda quem não quer. O governo dá o carro, dá a escola e até paga para os estudantes se ficarem na escola. Quando eu era criança nem escola existia. Tinha a casa da professora, mas somente quem podia pagar é que ia estudar. Hoje está muito diferente” (Silva e Pires 2012: 08)¹³.

Vale lembrar, como faz Santos (2011), que as condicionalidades do PBF incidem apenas sobre famílias com crianças, constituindo-se um benefício não condicionado para as famílias consideradas extremamente pobres sem crianças. Dessa forma, o peso das condicionalidades está colocado sobremaneira nas costas das famílias com crianças.

13 As crianças foram perguntadas se os pais ou avós lhes falavam sobre como era a infância no “tempo deles”. A maioria citou relatos dos pais ou avós que afirmavam em comparação à infância hoje que “antigamente era mais difícil”, pois as crianças tinham que trabalhar, era difícil estudar em função da distância das escolas e porque precisavam “ir para a roça”. Alguns deram exemplos dos brinquedos que seus pais e avós tinham acesso: “Minha mãe diz que no tempo deles a boneca dela era sabe o que? Eram as pedras”, diz Alisson, 11 anos. Já Emanuela, 11 anos, afirma que a boneca de sua mãe quando criança era o sabugo de milho e que os cabelos da boneca eram os “cabelos” do sabugo. Que a vida está melhor hoje em dia para as crianças parece ser uma ideia compartilhada por todos em Catingueira. Nesse sentido, pode-se compreender que as crianças, com base nos depoimentos dos pais e avós, entendem que sua infância hoje é melhor do que a infância de “antigamente”, pois todas podem estudar, atividade que é compreendida como privilégio principalmente pelos adultos, como o fato de não trabalharem constantemente “na roça” com a finalidade de complementar a renda da família. Remetendo-nos mais uma vez à Sarmento (2004), a atuação da criança na esfera econômica como contribuinte da economia familiar teria migrado do trabalho na roça para a ida à escola.

Note ainda que a condicionalidade escolar é verificada bimensalmente e as condicionalidades da área da saúde apenas bianualmente (Fiszbein e Schady 2009). Com isso, o controle da frequência escolar parece ser apreendido pela população como mais efetivo que o controle das condicionalidades da área da saúde. Quando perguntado se frequentava o posto de saúde, Tiago, 08 anos de idade, respondeu categórico: “(...), eu nunca fico doente, mas a minha vó vai direto” (Silva 2012: 239). Embora, as condicionalidades da saúde também sejam cumpridas pelas crianças (mesmo que não apenas por elas), a escola parece ser um universo mais propriamente infantil que o posto de saúde. Tudo isso, mas principalmente o rigor no controle da condicionalidade escolar, coloca em evidência o papel central que as crianças assumem na manutenção do recebimento do benefício e acaba por enfatizar seu direito a ele.

7 - ACESSO AO DINHEIRO DO PBF PELAS CRIANÇAS

Rego e Pinzani (2013) tem enfatizado o papel do dinheiro, certo e contínuo, na conquista da cidadania pelas mulheres receptoras do PBF. Em direção complementar, acreditamos que o acesso ao dinheiro também é importante para as crianças.

Nos grupos focais perguntamos como as crianças se consideravam: pobres, ricas ou “mais ou menos”, forma local de se definir a população que não é rica, nem pobre. No grupo de crianças com 11 e 12 anos de idade todos responderam “mais ou menos”, definindo como pobres as pessoas que “não tem nada”, que “moram em casa de taipa” e que para “ter as coisas” passam dificuldade. Essas famílias que “não têm nada”, possivelmente não possuem nem Bolsa Família. As crianças foram perguntadas também se havia pessoas “que não tem nada” em Catingueira, e a resposta foi afirmativa e puderam identificar algumas famílias. Já pessoas ricas não têm dificuldade para “ter as coisas”, “quando querem tem tudo”, “não fazem nada e pagam para os outros fazerem”. Pessoas mais ou menos “às vezes têm as coisas e às vezes é difícil”, “são ricos e pobres ao mesmo tempo”, segundo as crianças.

A possibilidade de consumir, de “ter as coisas”, ocupa um lugar central na forma das crianças perceberem a estratificação social em Catingueira. Do grupo de crianças entre 11 e 12 anos, somente uma menina afirmou que nem sempre teve o Bolsa Família e definiu esse período como período em que “não sobrava...e, agora dá pra comprar as coisas pra gente”. Antes do acesso ao Bolsa Família a possibilidade de consumo era reduzida, o dinheiro era priorizado para gastos essenciais da casa, e restrito para o consumo de bens como roupas, calçados e para o gasto direto das crianças. Ter acesso ao benefício, o aumento das possibilidades de consumo, poder escolher o que se consome e ser “mais ou menos” podem ser compreendidos como aspectos da identidade política da criança enquanto membro de uma família beneficiária. Sua experiência como beneficiário é

contrastada com a experiência daqueles que são “pobres” ou que são “ricos”, os primeiros, aqueles que não têm nada e, os segundos, aqueles que têm tudo. Cria-se, portanto, aqui, uma identidade de beneficiário também para as crianças.

De acordo com as respostas das crianças participantes dos grupos focais, ficou claro que para a maioria o PBF é uma “ajuda” para toda a família, e que sua aplicabilidade é principalmente para “as coisas de dentro de casa”, como a compra de alimentos, pagamento de contas, aquisição de roupas e calçados. Segundo as crianças, o Bolsa Família é bom “porque o dinheiro serve para toda a família”. “A ajuda do governo” serviria então, principalmente, como ampliação das possibilidades de aquisição de alimentos e manutenção da casa. Em paralelo, o recurso é usado pela família na aquisição de itens para as crianças, como comidas especiais, material escolar, roupa e calçados. Sebastião, 11 anos de idade, na sua redação¹⁴, ilustra a importância do benefício para sua família, ao mesmo tempo em que deixa evidente a prioridade infantil no que diz respeito aos gastos: “O Bolsa Família é uma boa ajuda para a minha família e a minha educação. Traz para minha casa uma grande alegria, nunca nos faltou nada, e ainda deu para comprar minha bicicleta e pagar as contas. Meu material escolar foi comprado com o dinheiro do Bolsa Família, também comprei roupas e calçados”.

Nesse sentido, ao ser solicitado que desenhasse sobre o PBF, Júnior de 09 anos de idade, desenhou uma bolsa, provavelmente, cheia de dinheiro; em sintonia com essa resposta, Maiara, 07 anos de idade, quando perguntada: “O que é o Programa Bolsa Família?”, respondeu: “É quando você está cheio de dinheiro, aí, não pode faltar na escola”.

Desenho 1. O PBF segundo Júnior, 9 anos de idade.



A maioria dos desenhos produzidos no âmbito da pesquisa enfocou: o cartão do Bolsa Família, a retirada do recurso no banco ou casa lotérica, objetos que poderiam ser consumidos com o recurso do PBF, assim como o dinheiro em si mesmo (notas e moedas). Essas imagens frequentes podem ser entendidas, com base nos desenhos e nos depoimentos acerca deles, como o meio efetivo de se ter acesso ao dinheiro. Rego e Pinzani (2013) destacam essa qualidade do programa, argumentando como a renda monetária pavimenta o caminho em direção a uma autonomia cívico-política. Nildo, de

¹⁴ As redações e falas foram editadas a fim de facilitar o entendimento do leitor.

11 anos de idade, exige seu direito legítimo a receber o PBF, afinal, como ele pontuou veemente na discussão do grupo focal: “Nós pagamos imposto!”.

Algumas crianças afirmaram que quando a mãe e/ou o pai não podiam ir à casa lotérica receber o benefício, elas iam sozinhas, retiravam o benefício no caixa eletrônico e, retornando às suas casas, entregavam o dinheiro às suas mães, momento em que estas podiam também lhes dar uma parte do dinheiro para gastar como quisessem¹⁵. O ato de ir receber o benefício se configura como uma atividade cotidiana, experimentada uma vez por mês, na companhia de seus pais ou sozinhas.

Desenho 2. Denilson, 09 anos de idade, indo à lotérica sacar o dinheiro do PBF.



Desenho 3. Estefânia, 10 anos de idade, indo com sua mãe à “Caixa”, note o cartão do PBF dentro da bolsa da mãe.



Diferente de outras políticas públicas de transferência de renda através da doação de bens e produtos, pode-se entender que a materialização no cartão magnético e a segurança do recebimento do recurso, que chega através do banco todos os meses, são aspectos importantes do programa. Eles contribuem para a oportunidade de consumir mais e escolher o que se consome, o que seria um aspecto diferente em relação, por exemplo, a política de distribuição de cestas básicas. Esse elemento de escolha é exaltado por pesquisadores como um reforço de uma política de cidadania (Suplicy 2006; Hanlon, Barrientos e Hume 2010; Lavinias e Barbosa 2000; Rego e Pinzani 2013).

Perguntamos às crianças se elas estavam satisfeitas com o programa e o que

¹⁵ Esse fato pôde ser observado em outras localidades, como no município de Laranjeiras, em Sergipe, em que na fila da casa lotérica, podiam ser vistas crianças com os cartões do PBF em mãos a esperar por sua vez.

poderia ser feito para que ele melhorasse. Unanimemente as crianças aprovam o programa. Elas apontaram como críticas o seu reduzido valor, a dificuldade de acesso ao recurso (uma vez que a caixa lotérica fecha à noite e nos finais de semanas) e os cortes ou suspensões que são feitos arbitrariamente, sem que os interessados tenham faltado com as condicionalidades. Uma série de cortes ocorreu em Catingueira em função de um erro no envio dos dados da frequência escolar, deixando as crianças e suas famílias temerosas¹⁶.

Embora alguns pesquisadores, como Zimmermam (2006) e Suplicy (2006), tenham discutido o perigo da estigmatização dos pobres, através de benefícios direcionados a essa parcela da população, as crianças parecem desconsiderar essa possibilidade. Observou-se que as crianças cujas famílias recebiam o benefício pareciam estar algumas vezes em melhores condições financeiras que as crianças de famílias não beneficiadas. Isso era visto na escola, por exemplo, na exibição de materiais escolares, roupas (uniformes), calçados novos e no acesso à merenda comprada. Durante o grupo focal pudemos observar relatos, de como acontece, por exemplo, a partilha de material escolar, merenda e guloseimas entre crianças de famílias beneficiárias e crianças de famílias não beneficiárias. Aqui é importante frisar que a cobertura do programa, embora extensiva, não é suficiente para abraçar todas as famílias que se enquadram nos seus pré-requisitos. Assim parece-nos que as crianças não reconhecem ou não legitimam a estigmatização como consequência da focalização do programa; e, mais uma vez, o dinheiro e as possibilidades de consumo por ele engendradas são tidos como aspectos centrais e positivos do programa. E aqui a identidade de beneficiário aparece apenas em sua positividade.

Esse percurso de pesquisa nos revelou que, embora o PBF, enquanto programa federal, tenha sido pensado para a família como um todo, - não desconsiderando o fato de ser administrado quase que exclusivamente pela mãe/mulher -, acabou sendo tomado, ao menos em Catingueira – PB, à partir da prioridade central às necessidades das crianças. Para as crianças são comprados desde alimentos, roupas, material escolar e brinquedo até guloseimas (Pires 2013a), como pelotas (Silva 2011), “brebotes e burungangas” (Benjamim 2010). Argumentamos que “ter as coisas” e poder escolher o que consumir no contexto de crianças de famílias beneficiárias do PBF, no município de Catingueira, podem, legitimamente, ser compreendidos como forma de ampliação do poder aquisitivo e, para além disso, como um exercício de autonomia financeira, autonomia que também reverbera para a experiência infantil.

A centralidade da criança na aplicação dos recursos do PBF dentro da família está expressa na possibilidade da criança receber pequenos benefícios cotidianos e de poder escolher o que consumir. Isso se dá tanto através de seus pais quanto de forma

16 Nesse sentido, argumentamos pela constitucionalização do programa a fim de que a política possa ser entendida finalmente como um direito, e não um programa instável.

direta, quando recebe pequenos trocados para seus gastos com objetos de curta ou de longa durabilidade. As crianças catingueirenses, porque conhecem a realidade em que estão inseridas (Souza 2011), entendem que são responsáveis pela entrada do dinheiro do PBF no ambiente doméstico através da condicionalidade escolar. Isso acaba criando um ‘poder de barganha’ para as crianças e uma ‘capacidade de negociação’ com seus responsáveis, representando maior autonomia frente aos adultos.

8 - REFLEXÃO FINAL

Tendo como pano de fundo o PBF, neste artigo, nos propusemos pensar as crianças catingueirenses como atores sociais críticos, sujeitos políticos cientes dos seus deveres e que reivindicam seus direitos frente à família e ao Estado. Esperamos que esses dados possam ser úteis no âmbito de aperfeiçoamento do PBF e dos projetos complementares, como o PETI, ou outras ações que sejam direcionados às crianças, como as de promoção de cidadania. A sensibilização de avaliadores, gestores e formuladores de políticas públicas para a valorização do que pensam as crianças sobre as ações que lhes atingem pode ser uma estratégia frutífera para o aperfeiçoamento das políticas governamentais.

A participação social infantil na avaliação de políticas públicas oferece subsídios importantes para a formulação, implementação das mesmas, uma vez que as políticas criam e afetam transversalmente diversas identidades políticas. Com a participação delas na observação avaliativa se tem a oportunidade de ampliar a percepção dos impactos positivos e/ou negativos da ação, contextualizando os seus efeitos.

Partindo do que nos foi possível enxergar com base no PBF, cremos que também o ponto de vista das crianças sobre o acesso à Educação e a Saúde poderá colaborar para o aperfeiçoamento das políticas e para sua qualificação, bem como para compreender as condições e regimes de ampliação de políticas afirmativas para populações mais vulneráveis.

As técnicas de coleta de dados aqui apresentadas possuem ampla capacidade de reprodução e se revelaram eficientes para entender a participação social infantil como condição para o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos e como subsídio para um Estado efetivo.

Para terminar, pomonos em comunhão com José de Souza Martins quando afirma que: há nas crianças “(...) uma rica inteligência dos processos e situações em que estão envolvidas. [Elas] (...) dão significativa demonstração de compreensão do que estão vivendo”. E, para o referido autor: “As Ciências Sociais dariam um passo importante no seu desenvolvimento se reconhecessem que são elas, nos dias de hoje, os principais portadores da crítica social” (Martins 1991: 17-18). Parafraseando-o, cremos que isso vale para as políticas públicas em geral e para o PBF, de modo particular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADATO, Michelle. 2008. Combining Survey and Ethnographic Methods to Improve Evaluation of Conditional Cash Transfer Programs. *International Journal of Multiple Research Approaches*, Vol. 2, No. 2, Oct: 222-236.
- ARIÈS, Philippe. 1981. *História Social da Criança e da Família*. Trad. D. Flaksman. 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- BATESON, G. 2000. *Steps to an ecology of mind*. London: Paladin.
- BENJAMIN, Tatiana. 2010. “Brebotos e Burugangas: analisando o ‘empoderamento’ infante-juvenil no Sertão Paraibano”. *CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais (UFPB)*, João Pessoa, nº 15, março, pp 31- 36. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos/n15/1%20artigo%20tatiana.pdf>. Acesso em 09 dez. 2013.
- CAMPOS, Maria Malta. 2008. Porque é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. Em: CRUZ, Silvia Helena Vieira. *A Criança fala: A escuta de crianças em pesquisa*. São Paulo: Cortez, pp. 35-42.
- CEDEPLAR. 2007. *Sumário Executivo. Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família*. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar/UFMG. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília: SAGI.
- COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.
- CORSARO, William. 2005. “Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas”. *Educ. Soc.*, (UNICAMP), vol.26. n. 91, p.443-464.
- DU BOIS, Cora A. 1944. *The people of Alor; a social-psychological study of an East Indian island*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- FISZBEIN, Ariel; SCHADY, Norbert. 2009. *Conditional cash transfers reducing present and future poverty*. A World Bank Policy Research Report. Washington, D.C.
- GOTTLIEB, Alma. 2009. Para onde foram os Bebês? Em busca de uma Antropologia de Bebês (E de seus cuidadores). *Psicologia USP*, julho/setembro, 20(3), 313-336.
- GLEWWE, Paul; KASSOUF, Ana L. 2010. *What Is the Impact of the Bolsa Família Programme on Education?* Internacional Policy Centre for Inclusive Grow. One Pager Nº 107, Mach. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCOnePager107.pdf>. Acesso em 14 jun. 2015.
- GREEN, Duncan. 2012. *From Poverty to Power: How active citizens and effective states can change the world*, 2nd ed. Rugby, UK: Practical Act.
- HANLON, Joseph; BARRIENTOS, Armando; HULME David. 2010. *Just Give Money to the Poor: The Development Revolution from the Global South*. USA: Kumarian Press.
- JAMES, Allison; JAMES, Adrian L. 2008. *Key Concepts in Childhood Studies*. London: Sage.
- JAMES, Allison; JENKS, Cris; PROUT, Alan. 1998. *Theorizing Childhood*. Cambridge.

Polity Pess.

- LANCY, David F. 2012. Unmasking child agency. *AnthropoChildren*, 2012, 2. Disponível em: <http://popups.ulg.ac.be/AnthropoChildren/docannexe.php?id=1503>. Acesso em 11 dez. 2013.
- LAVINAS, Lena; BARBOSA, Maria Ligia de O. 2000. “Combater a pobreza estimulando a frequência escolar: o estudo de caso do Programa Bolsa-Escola do Recife”. *Dados* 43 (3): 447-477.
- LEE, Nick. 2010. Vozes das Crianças, tomadas de decisão e mudança. Em: MILLER, Fernanda (Org.) *Infância em Perspectiva: Políticas, Pesquisas e Instituições*. São Paulo: Cortez, pp. 42-63.
- LOMELI, Enrique V. 2008. “Conditional Cash Transfers as Social Policy in Latin America: An Assessment of their contributions and limitations”. *Annual Review of Sociology*, 34: 475-99. Disponível em: http://www.development.wne.uw.edu.pl/uploads/Courses/dw_19_1.pdf. Acesso em 12 dez. 2013.
- MARTINS, José de Souza. 1991. *O Massacre dos Inocentes. A criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- MEAD, Margaret. 1933. *Coming of age in Samoa*. New York: Morrow.
- MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. 2007. Transferência de renda no Brasil. *Novos estud. - CEBRAP*, no. 79, p.5-21.
- MERLEAU-PONTY, Marcel. 1992. *O Visível e o Invisível*. 3ª Ed. Trad. J. A. Gianotti; A. M. d'Oliveira. São Paulo: Editora Perspectiva S. A.
- MIGNOLO, Walter. 2008. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287-324.
- MOLYNEUX, Maxine. 2006. “Mothers at the service of the new poverty agenda: progresa/ oportunidades, Mexico’s conditional transfer programme”. *Social Policy & Administration*, 40(4):425-449. Disponível em: <http://www.prof.uniandes.edu.co/~ijaramil/progresa.pdf>. Acesso em 15 dez. 2013.
- MÜLLER, Fernanda. 2006. Infâncias nas vozes das crianças: Culturas Infantis, trabalho e resistência. *Educ. Soc., Campinas*, vol. 27, n. 95, p. 553-573, maio/ago.
- NOGUEIRA, Christina G. de Mingareli; PIRES Flávia F. 2012. E quando a mãe vai embora? Família monoparental masculina e o Programa Bolsa Família em Catingueira -PB. Trabalho apresentado na 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho, USP - São Paulo.
- PARENTE, Lygia Bandeira de Mello 2006 *Participação social como instrumento para a construção da democracia: A intervenção social da Administração Pública Brasileira*. Artigo apresentado no âmbito do Curso de Especialização em Direito Público e Controle Externo. Brasília: Universidade de Brasília.
- PIRES, Flávia F. 2011. Quem tem medo de mal-assombro? Religião e Infância no Semi-

- árido Nordeste. Rio de Janeiro/João Pessoa, E-papers/UFPB.
- PIRES, Flávia F. 2012. Crescendo em catingueira: criança, família e organização social no semiárido nordestino. *Mana* (UFRJ. Impresso), v. 18, p. 539-561.
- PIRES, Flávia F. 2013. Do Ponto de Vista das Crianças: Uma avaliação do Programa Bolsa Família. *Estudos de Avaliação das Políticas do MDS*. Brasília: SAGI/MDS.
- PIRES, Flávia F. 2013a. Comida de Criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semi-árido. *Política & Trabalho* (UFPB. Impresso), v. 38, p. 123-135.
- PIRES, Flávia F. 2013b. Child as family sponsor: An unforeseen effect of Programa Bolsa Família in northeastern Brazil. *Childhood* (Copenhagen), v. 20, p. 1-20. Disponível em: <http://chd.sagepub.com/content/early/2013/05/17/0907568213484341>. Acesso em 04 set. 2013.
- PIRES, Flávia F; SILVA JARDIM, George Ardilles. 2014. Geração Bolsa Família: educação, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 29, p. 99-112.
- PIRES, Roberto. 2013. Introdução. In: SILVA, Eduardo; SOARES, Leonardo (orgs.) *Políticas Públicas e formas societárias de participação*. Belo Horizonte: UFMG / FAFICH/UFMG, 184 p.
- QVORTRUP, Jens. 2011. Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. *Proposições*, Campinas, v. 22, n. 1 (64), p. 199-211, jan./abr.
- RAMIREZ, Maria Clemência. 2010. “Presentación. La Antropología de la política pública”. *Antípoda*, No. 10, pg. 13 – 17.
- REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. 2013. *Vozes do Bolsa Família. Autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, p. 241.
- RIZZINI, Irene. 2011. *O Século Perdido. Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, L. M. P. et al. 2007. Perfil nutricional de crianças menores de cinco anos do semi-árido brasileiro. *Avaliação de políticas de programas do MDS - Resultados*, ed. J. Vaitsman e R. Paes-Souza, 1:347-382. Brasília SAGI/MDS.
- SANTOS, Patrícia. O. S. 2011. *Deixa eu Falar! Uma análise antropológica do Programa Bolsa Família a partir das crianças beneficiadas do alto sertão paraibano*. João Pessoa: Monografia em Ciências Sociais: CCHLA/UFPB.
- SARMENTO, Manuel. 2004. *As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª. modernidade*. Disponível em: www.cedic.iec.uminho.pt. Acesso em 10 fev. 2012.
- SARMENTO, Manuel Jacinto; SOARES, Natália Fernandes; TOMÁS, Catarina. 2005. *Public Policies and Children’s Participation*. Disponível em: http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/WorldClient.pdf. Acesso em 01 jun. 2012.
- SEM, Amartya. 2012. Foreword. In: GREEN, Duncan 2012 *From Poverty to Power: How active citizens and effective states can change the world*, 2nd ed. Rugby, UK: Practical

Act.

- SHORE, Cris. 2010. “La Antropología e los estudios dela política publica: Reflexiones sobre la “formulación” de las políticas”. Antípoda, No. 10.
- SILVA, Antonio Luiz da e PIRES, Flávia F. 2012. “A Criança e O ECA na Pequena Catingueira Paraibana: Direitos reivindicados, direitos conquistados?” Anais da RBA, São Paulo. 18p.
- SILVA, Antonio Luiz da. 2012. Um Estudo acerca das Políticas Públicas e da Participação das Crianças em Catingueira - PB. Mnemosine Vol.8, nº2, p. 225-257.
- SILVA JARDIM, George A. da 2010. “Reflexões antropológicas a partir de uma política pública para crianças”. CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais (UFPB), João Pessoa, nº 15, pp. 37-45. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos/n15/2%20artigo%20george.pdf>. Acesso em 07 dez. 2013.
- SILVA, Jessica K. R. 2011. “Eu compro tudo de pelota”: o Programa Bolsa Família e a expansão do consumo infantil em Catingueira – PB. João Pessoa: Monografia em Ciências Sociais: CCHLA/UFPB.
- SOARES, Fábio Veras; RIBAS, Rafael Perez; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. 2007. Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família: uma Comparação com Programas de Transferência Condicionada de Renda de Outros Países. Centro Internacional de Pobreza (IPEA /PNUD).
- SOARES, Natália F. 2002. Os direitos das crianças nas encruzilhadas da Protecção e Participação. Texto apresentado no I Encontro Nacional sobre maus tratos, negligência e risco, na infância e na adolescência. Disponível em: http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/dircriencpropar.pdf. Acesso em: 11 dez. 2013.
- SOUZA, Edilma do N. 2011. As Crianças e O Programa Bolsa Família em Catingueira (Pb): Uma Reflexão Antropológica da Condicionalidade Escolar a Partir do Ponto de Vista das Crianças. João Pessoa: Monografia em Ciências Sociais: CCHLA/UFPB.
- SPOSATI, Aldaiza. 2009. Modelo Brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. Em BRASIL. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO.
- SUAREZ, Mireya et al. 2006. “O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero - O Desafio de Promover o Reordenamento do Espaço Doméstico e o Acesso das Mulheres ao Espaço Público.” Relatório compreensivo de pesquisa apresentado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e ao Department for International Development (DFID).
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo. 2006. Renda Básica de Cidadania: a resposta dada pelo vento. Porto Alegre: L&PM Pocket.
- TOREN, Christina. 2002. “Comparison and ontogeny”. In: Gingrich, Andre, Fox, Richard, (ed). 2002. Anthropology, by comparison. Routledge, London.

- TOREN, Christina. 2010. A matéria da imaginação: o que podemos aprender com as idéias das crianças fijianas sobre suas vidas como adultos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 19-48, jul./dez.
- ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. 2006. “Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa-Família do governo Lula no Brasil”. *Sur, Rev. int. direitos human.* [online]. vol.3, n.4, pp. 144-159. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v3n4/08.pdf>. Acesso em 15 dez. 2013